

**OBRAGES NOS SERTÕES DO PARANÁ: EXPLORAÇÃO,
TRABALHO E FRONTEIRAS**Valdir Gregory¹

RESUMO: O texto que segue é resultado de um estudo sobre as atividades de exploração de riquezas dos sertões paranaenses durante o período da República Velha do Brasil. Nesta época, foi sendo estruturado um ambiente de exploração, produção e comercialização extrativista para o mercado platino em torno das obrages. Ele aborda o funcionamento destes empreendimentos, com enfoque voltado para a exploração do trabalho e para as condições de vida de trabalhadores. É estruturado em três partes: o sistema obragero, o trabalho e as condições de vida e estratégias de controle. Foram analisadas narrativas de viajantes e trabalhos de investigação que abordaram esses aspectos da exploração dos sertões nas primeiras décadas do século XX. Estas fontes podem ser contextualizadas nos debates sobre a construção da nacionalidade brasileira no âmbito de disputas de fronteiras entre as nações da Bacia do Prata, notadamente o Brasil, a Argentina e o Paraguai.

PALAVRAS-CHAVE: fronteiras, trabalhadores, sertões do Paraná, nacionalidade.

ABSTRACT: The follow text is the result of a study about the exploration of the Paraná hinterland (the Sertões) riches during the period of the República Velha of Brazil. At that time, was being a structured environment for exploration, production to the market platinum around the obrages. It covers the operation of these enterprises, with a focus toward the exploitation of labor and living conditions of workers. It is structured in three parts: the system obragero, work and living conditions and control strategies. We analyzed the narratives of travelers and research that have addressed these aspects of the operation of the hinterlands in the early decades of the twentieth century. These sources

¹ Doutor em história, professor associado da Unioeste, membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Fronteiras e Desenvolvimento regional. E-mail: valdirmacgregory@gmail.com

can be contextualized in the debates on the construction of Brazilian nationality in the context of border disputes between the nations of the Bacia do Prata, notably Brazil, Argentina and Paraguay.

KEYWORDS: borders, workers, hinterlands of Paraná, nationality.

Introdução

A lógica das atividades de exploração de riquezas dos sertões paranaenses durante o período da República Velha do Brasil relaciona-se com o sistema obrageiro. Nesta época foi sendo estruturado um ambiente de exploração, produção e comercialização extrativista para o mercado platino em torno das obras. O funcionamento destes empreendimentos, com enfoque voltado para a exploração do trabalho e para as condições de vida de trabalhadores, receberá atenção nas próximas linhas. Será abordado o sistema obrageiro, o trabalho e as condições de vida e estratégias de controle. Foram analisadas narrativas de viajantes e trabalhos de investigação que abordaram esses aspectos da exploração dos sertões nas primeiras décadas do século XX. Estas fontes podem ser contextualizadas nos debates sobre a construção da nacionalidade brasileira no âmbito de disputas de fronteiras entre as nações da Bacia do Prata, notadamente o Brasil, a Argentina e o Paraguai.² Os debates sobre a fronteiras brasileiras tomaram corpo durante o império e se estenderam pelo período republicano. Lídia de Oliveira Xavier mostra que a fronteira oeste do Brasil costumava ser representada como uma região periférica e menos desenvolvida que as áreas de regiões mais desenvolvidas mais ao litoral brasileiro. Estes sertões teriam riquezas naturais que estariam sendo cobiçadas por um mercado mais amplo, sendo vislumbradas como potencialidades econômicas. (XAVIER, 2006:14)

² Alguns dados e partes deste texto são oriundos de atividades relacionadas à realização de pós-doutorado em história na Universidade Federal do Paraná em 2008 e 2009, cujo trabalho final tem por título: **Fronteiras e Territórios: narrativas sobre os sertões do Paraná no início do século XX**. Esta pesquisa já foi divulgada em eventos e publicação de anais. Neste artigo, a atenção esteve voltada para as questões da exploração e do trabalho nos sertões do Paraná, sendo acrescentados dados novos e feitas análises mais específicas.

O estado nação, já no império, teria a função de construir a unidade nacional. Os territórios fronteiriços mais a oeste eram representados como sertões diante de representações de litoral e regiões mais desenvolvidas. Nos sertões eram encontrados obstáculos para a nacionalidade (XAVIER, 2006:15). A partir da ideia de grandeza do território brasileiro, as narrativas trabalhadas vão pautando elementos da nacionalidade brasileira nos sertões paranaenses.

O sistema obragero

Os negócios extrativistas dependiam da disponibilidade de bens a serem extraídos, de um mercado de consumo, de estrutura de extração, beneficiamento, e transporte e, principalmente de homens e mulheres envolvidos nas atividades, bem como de uma organização para o atendimento de necessidades básicas da população.

Havia a necessidade de dispor e de organizar trabalhadores. Fazer com que milhares de homens e mulheres fossem envolvidos nas atividades requeria contrapartidas e estratégias de arregimentação e de manutenção de mão-de-obra. Deveria haver motivações para que trabalhadores se dispusessem a “*ganhar o pão com o suor do rosto*”. Vera Lúcia Nowotny (NOWOTNY, 2000:32) ressalta o uso da estratégia de realizar pagamentos antecipados para comprometer trabalhadores com a exploração nas obrages. Os trabalhadores dessas empresas receberiam um adiantamento em dinheiro denominado de “*antecipo*” antes que iniciassem os serviços. Isso os comprometeria e os prenderia à obrage. “*O pagamento do antecipo aos mensus era uma estratégia adotada pelos obrageros a fim de prender o peão à obrage.*” Com esse pagamento adiantado, os capatazes demoravam propositadamente alguns dias até levarem os empregados para os locais de exploração. Dessa forma, os mesmos gastavam o que haviam recebido, tendo que partir para o sertão, sem dinheiro e ainda endividados.³

Baseando-se em Ruy Waschowics e Augusto Colodel Schons (SCHONS, 2007) aborda relações de trabalho nas ex-

³ Sobre estes aspectos, ver também (WASCHOWICS, 1982: p. 48) e (ARRUDA, 1997: p. 102 a 104).

plorações dos sertões paranaenses. Segundo ela, as propriedades destinadas à exploração do mate e da madeira, nessas regiões, recebiam o nome de obrages. Os obrageros eram os empreendedores, que não tinham interesse de povoar e colonizar suas áreas. O que interessava era a exploração de produtos nativos. Segundo Wachowicz, (WACHOWICZ, 1987: 47) *“em duas décadas, a costa paranaense viu-se ocupada por duas dezenas dessas obrages, e povoada por milhares de trabalhadores”*. Essa mão-de-obra, segundo ele, não era brasileira. Era, principalmente, paraguaia de descendência indígena.

Para expandirem seus lucros, estas companhias adotavam alguns artifícios, como o do monopólio e o da extrema exploração de mão-de-obra. Os trabalhadores das obrages eram denominados de mensus. A sua remuneração não era feita em moeda corrente e sim através de uma espécie de vale, *“que podiam trocar por mercadorias dentro das próprias obrages. Resumindo, o peão muitas vezes ficava devendo o mês para o patrão.”* Segundo Colodel (COLODEL, apud SCHONS, 2007:77), o empregado das obrages, *“vinha exclusivamente para trabalhar. Não se abriam espaços para outros tipos de atividades que não se voltassem para os interesses imediatos de seus patrões”*. Mensus que manifestassem desejo de romper com seu trabalho na obrage poderiam enfrentar o poder dos mandantes, podendo receber castigos e até acabar sem vida.

Westphalen, Waschowicz e Colodel, cujas obras foram trabalhadas por Vera Lúcia Nowotny (NOWOTNY, 2000:32), apontariam, segundo ela, que esse endividamento complicaria a situação do mensu, ocasionando dependência do mesmo com relação ao obrageiro. Dentro da obrage, a dependência se acentuaria mais, uma vez que o trabalhador adquiria os gêneros fornecidos pelo armazém da obrage por preços elevados, criando sempre maiores dificuldades para o pagamento de dívidas. *“Estando o mensu devendo ao obragero, não era permitida sua saída da obrage, antes que saldasse sua dívida. Criava-se uma situação de dependência atrelada a controles sobre os trabalhadores. Ainda, de acordo Nowotny, os textos informavam que “o trabalhador raramente conseguia saldar sua dívida, principalmente quando tinha família, pois aí a conta do armazém aumentava ainda mais.”*

Dos mensus eram exigidos, principalmente, os serviços de extração e de transporte da erva-mate e da madeira. Servi-

ços que, segundo as obras, exigiriam muita força braçal, devido ao peso elevado dos fardos de erva e da madeira e por causa das longas distâncias entre os locais de extração e de destino dos produtos. O trabalhador receberia o pagamento de acordo com a quantia de matéria-prima extraída, que giraria em torno de 12 arrobas de erva mate por dia. Usar-se-ia da estratégia de manter as antecipações de pagamento a fim de manter o trabalhador comprometido com a administração da *obrage*. Caso fosse considerado necessário, ele poderia receber ameaças de morte. Isso prendia o *mensu* às atividades da *obrage*. Tanto Wachowicz como Colodel ressaltariam a condição de dependência dos trabalhadores e as dificuldades por eles enfrentadas no trabalho. Esses trabalhadores enfrentariam, também, péssimas condições de moradia e de alimentação.

Trabalho e condições de vida

Os olhares de autores se voltam para as condições de vida dos trabalhadores. Parte das precariedades e das mazelas estaria relacionada à alimentação, tanto nas atividades de demarcação de terras e mais nas *obrages*.

Arthur Martins Franco era funcionário do Estado do Paraná e, em 1903 e em 1914, comandou atividades de demarcação e medição de terras no oeste do Paraná. Era acompanhado por uma turma de dezesseis trabalhadores arregimentados para trabalharem sob suas ordens. Com relação à alimentação, Arthur Martins Franco (FRANCO, 1973: 46) relata o encontro de uma vara de queixadas durante os trabalhos de demarcação de terras. Escreve que *“o feitor da turma, que levava consigo uma espingarda de fogo central”*, matou dois, que foram charqueados e salgados e colocados no depósito. O depósito consistia *“em levantamentos sobre 4 estacas, um girão, coberto com esteiras de taquara, para evitar o alcance de qualquer bicho do mato, e também abrigar as provisões”*.

Num determinado dia, o feitor teria avisado que as provisões estavam *“esgotadas e que nada havia para a alimentação da turma”*. Franco resolveu que o seu cozinheiro juntasse tudo de sua provisão para providenciar almoço para a turma e ordenou ao feitor que continuassem o trabalho. *“Volta o feitor, pálido, a avisar-me que a turma se recusava a seguir para o serviço, porque não podia trabalhar sem comer”*. Negociou com os tra-

balhadores que se recusavam a seguir nas tarefas. Teriam chegado a um acordo: que trabalhassem somente para abrir um quilômetro de picada para, depois, serem dispensados para o almoço. Teria sido atendido. Um burro de uma turma teria sido abandonado porque estava magro demais. Os burros da sua turma estavam bem, porque o Artur Almeida, um argentino que falava bem o português, despendia os melhores cuidados para com o animal. *“Informou-me que, em S. Pedro, povoado argentino, só se falava português e que as próprias autoridades também o falavam”* (FRANCO, 1973: 47 e 48). Os registros dão conta da precarização das condições de trabalho e de carências relacionadas à alimentação. Até animais estavam magros, a não ser que recebessem cuidados especiais. Menciona que havia outra turma. Havia cozinheiro. O feitor mediava ordens. Havia, pois, um feitor. Evidenciando, o feitor mediava ordens.

Situações semelhantes e até mais dramáticas foram registradas sobre as *obrages*. Vera Lúcia Nowotny (NOWOTNY, 2000: 33) aborda aspectos relacionados à remuneração, alimentação e acomodações. Observa que Wachowicz e Colodel alertavam que as condições financeiras não permitiriam aos *mensus* adquirirem os produtos necessários para uma boa alimentação. As remunerações chegavam aos limites do necessário para a sobrevivência. Os produtos vendidos tinham preços acima do normal e, além disso, a remuneração dos trabalhadores era muito baixa, sendo que, muitas vezes, nem ao menos recebiam. Citando Wachowicz, observa que *“o patrão ganhava duplamente: pagando salário ínfimo e obrigando o mensu a abastecer-se no armazém da empresa”*. Cada trabalhador teria um limite estabelecido para a retirada de produtos do armazém a serem pagos/descontados quando recebesse o salário. Esse limite seria insuficiente para as necessidades alimentícias desses trabalhadores braçais, obrigando-os a pedirem aos seus patrões aumentos dos valores desses limites. *“Quase sempre, infalivelmente, esse limite era aumentado. Fortalecia-se o elo que mantinha preso o mensu à administração da obra”*. As acomodações foram descritas por Arthur Martins Franco (1973: 48). Ele informa que, geralmente, os abrigos não passavam *“de uma choça, coberta de esteiras feitas de folhas de taquara e cercada dos quatro lados da mesma maneira, tendo somente uma abertura, a ‘porta’ que permitia a entrada dos moradores”*.

Assim, estas acomodações dos trabalhadores viravam uma espécie de acampamento, que ficava próximo a um armazém pertencente ao obrageiro, que fornecia a alimentação aos *mensus*.

Domingos Nascimento (DOMINGOS NASCIMENTO, 1903:97), no início do século XX, teria presenciado essa realidade e essa exploração dos trabalhadores. O autor mostra que esses trabalhadores braçais eram considerados enquanto insumos para que as *obrages* obtivessem os maiores lucros possíveis. Descreve que viu com seus olhos *“um triste êxodo de pseudo-colonos se arrastando a pé pelas estradas, com as suas numerosas famílias, carregando os seus moveis e os seus utensílios às costas, em demanda daquela povoação brasileira”*. Esses trabalhadores teriam sido despedidos, após anos de vínculo com a exploração, sendo *“despachados dos heraves por não serem mais necessários os seus serviços, não se lhes fornecendo sequer um cargueiro para o transporte das suas cargas”*.

A partir dessas caracterizações e além delas, pode-se perceber a construção de representações sobre uma realidade no território brasileiro diferente do que se teria no litoral civilizado. Embora não se mencione abertamente, é possível ler, em entrelinhas, que essa região necessitaria ser abasileirada. Representações sobre as fronteiras nos sertões apontavam para limites territoriais brasileiros. A construção textual a seguir proporciona elementos neste sentido. *“Depois de alguns dias de sacrifício em pleno sertão, ouvindo a toda hora o patuá castelhano, misto de hespanhol e guarany, em terras brasileiras, observando costumes e physionomias estranhos aos nossos, ouvir de repente a nossa língua falada por patricios inteligentes e instruídos”*. Neste ambiente, o autor pode contemplar os *“nossos hábitos e o nosso vestir”*, o que teria proporcionado, *“para nós um momento de calorosas expansões de alegria, além de que abraçávamos velhos amigos de muitos annos, que mais de um anno se haviam abalado para o interior, no cumprimento dos deveres de seus encargos”*. (DOMINGOS NASCIMENTO, 1903:117) Este ambiente mais familiar teria sido vivenciado em Foz do Iguaçu. Caberia reforçar e atentar para os termos *“nossos”, “nosso”, “nós”*. Ou seja, nós brasileiros. Nesta localidade, precárias estruturas de vigilância e de controle estariam instaladas. Foz do Iguaçu foi erigida, em 1889, como colônia militar, em função da busca da nacionalização destas

fronteiras⁴. As narrativas têm como pano de fundo a “necessidade da construção da nacionalidade brasileira. Iniciativas neste sentido e a concretização de um posto militar avançado eram justificadas pelo ambiente gerado após os conflitos da Tríplice Aliança contra o Paraguai na segunda metade do século XIX. Os sucessos na guerra motivaram a presença física e ideológica na tríplice fronteira.

O esforço físico, despendido, no trabalho exigiria uma boa alimentação para repor as energias dos trabalhadores. Vera Lúcia Nowotny (NOWOTNY, 2000: 34) trata da situação de vida dos trabalhadores e sobre sua alimentação. Colodel teria constatado que a alimentação não era de boa qualidade e era precária e “se constituía basicamente em misturas de farinha branca ou de milho com água, ovo também poderia ser misturado se tivesse, fazendo-se uma massa que seria assada numa panela com um pouco de graxa”. Havia, com pouca frequência, pão caseiro. Outro alimento, citado por Colodel, seria uma mistura composta por milho preparado para canjica. Grão-de-bico, feijão e carne seca acompanhavam a alimentação. O cozimento desses alimentos seria feito com bastante “graxa de gado”.

As observações sobre as condições de vida, também, seriam tratadas por Wachowicz. Este, baseando-se em Cabanas, reforçaria que o estado dos trabalhadores da *obrage* de Julio Tomas de Allica era de pessoas mal vestidas, parecendo miseráveis, não tendo os mais rudimentares cuidados de higiene.

João Cabanas (CABANAS, 1926: 227-231) era tenente que participou da revolta tenentista e comandava tropas deslocadas de São Paulo para os sertões do Paraná. Descreve a marcha dos revoltosos tenentistas, em 1924/25 até Guaíra, enfocando o heroísmo dos revolucionários e as condições do ambiente da região. “Descer de Tibiriçá a Guayra é uma viagem simples e cheia de atractivos pelas variadas bellezas que a natureza accumulou nessas portentosas paragens.” Destaca a vegetação exuberante das margens do Paraná, as praias de brancura surpreendente, as ilhas, as orquídeas, as flores aquáticas,

⁴ Sobre histórias da Colônia Militar de Foz Iguaçu, ver publicação de tese de doutorado de MYSKIW, A. M. A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888-1907). 1. ed. Guarapuava/PR; Niterói/RJ: Editora da Unicentro; Editora da UFF, 2011. v. 1. 252 p.

“tudo isso encanta a vista do mais despreocupado e empolga soberanamente o alegre turista, enquanto os seus ouvidos são acariciados pela orchestra dos habitantes das mattas extensas”. Descreve o concerto da orquestra da floresta, feito pelas notas estridentes da araponga, pelo grasnar do gordo e luzido pato selvagem, pelo som de descargas de uma locomotiva de capivara, pelo urrar do “tigre”, pelo gemido sentimental da pomba, pelas lamentações dos bugios, macacos e sagüis. Eis uma descrição detalhada em que as fronteiras do vivido e do imaginário são diluídas. Esse encantamento ocultaria a hostilidade ao homem. *“Dormir alguém, em uma ilha, embora respirando a fragrância de flores desconhecidas ou embalado pelo rumorejar das águas, é quase um sacrifício”*, por causa de nuvens de mosquitos, de carrapatos de diversos físicos, da infantaria de formigas, do seco chacoalhar da cascavel. O autor deste texto de agora e aqui já esteve em ilhas descritas por Cabanas. Foi num feriado de carnaval, quando esteve na “Ilha do Pacífico”, uma posse de um artista/artesão/escritor de Guaíra, com a família e amigos. Esta é uma das centenas de ilhas do trajeto das tropas descrito no texto de Cabanas. O tenente fornece uma idéia semelhante ao que foi possível vivenciar nos dias e nas noites do século XXI nas mais de cem ilhas do rio Paraná acima de Guaíra.

Cabanas apresenta, pois, uma natureza exuberante e hostil em que a dicotomia das belezas e dos perigos é vivida pelo homem. Descreve momentos de surpresas agradáveis e realça o tormento de marchas a pé pelas matas das margens do rio Paraná e os estágios nas ilhas de quem faz o trajeto em embarcação. Era preciso fazer picadas, enfrentando cipós, taquaras, árvores com espinhos, além do peso de armas, mantimentos e utensílios. *“E desde São Paulo até Guayra, noventa dias e noventa longas noites, o soldado revolucionário vinha retemperando a sua fibra em embate constante contra os inimigos: ora a natureza bravia e áspera; ora os homens, com suas ciladas e traições”*. Enaltece os soldados pela vontade, pelo heroísmo, pela brasilidade. *“Torturado às vezes pela fome; veste em trapos; corpo pontilhado de erupções; pés martirizados pela dureza dos caminhos; enfrentando as balas inimigas [...] imperturbável, sinceiro, convicto, na defesa de uma grande e santa causa”*. (CABANAS, 1926:231) Considero estes homens armados também como trabalhadores. Trabalhavam por causas tenentistas, por

causas nacionais. Mobilizar-se é trabalhar também.

Na sua marcha para Piqueri, Cabanas (CABANAS, 1926:237) teria encontrado uma carroça, ocupada por dois passageiros, sendo que a figura principal era Julio Thomaz Allica e o administrador dos ervais Santa Cruz. Allica residia em Porto Artaza e era *“de nacionalidade argentina e senhor do enorme latifúndio que nos rodeava. Regressava dos limites de seus hervaes em Campo Mourão onde fora abafar uma revolta estalada entre seus empregados”*. Allica teria informado que achava difícil os revoltosos terem êxito no enfrentamento com as tropas legalistas, compostas de uns três mil homens em marcha para Piqueri. Após quatro dias de viagem, chegou a Piqueri, onde não teria encontrado sinal do inimigo.

Ao que consta, Allica não era legalmente proprietário de todas as áreas em que explorava erva mate. Informações sobre escrituras e relatos de Julio Nogueira dão conta de que ele possuía escritura pública de 450 alqueires nos entornos do Porto Artaza, situado à margem esquerda do Rio Paraná a uns sessenta quilômetros abaixo de Guaíra. Fazia milite com o Porto Mendes. Portanto, suas explorações, pelo que foi pesquisado por nós até o momento, estavam ocorrendo em terras que não eram de sua propriedade.⁵ Tinha propriedades e empreendimentos no Brasil, Paraguai e Argentina.

Cabanas dá a entender que Allica tentara enganá-lo sobre o poderio das tropas legalistas. Piqueri seria um povoado de umas vinte casas construídas de madeira e era sede de um dos departamentos para elaboração da erva mate dos ervais de Julio Allica. Este povoado estava situado à margem do rio Piqueri e servido por um picadão que ligava Guarapuava a Porto Mendes. Havia serviço de transporte de passageiros e cargas feito por balsas.

Cabanas (CABANAS, 1926: 240-244) relata que prendeu o tal Santa Cruz, o administrador geral dos ervais, e os capangas que o acompanhavam e ordenou que determinasse que os capatazes fossem aos ranchos das redondezas e trouxessem a Piqueri os empregados com as mulheres, crianças, bem como o gado e os cavalos. Eis como o tenente descreve esses trabalhadores. *“Passados quatro dias começou a chegar o pes-*

⁵ Ver WASCHOWICS, 1987 e COLODEL, 1988.

soal, formando-se depois uma multidão de mais de mil indivíduos andrajosos, tendo cada um em si, os característicos da vida miserável que passavam sem os mais rudimentares cuidados de hygiene” E ainda descreveu-os como “bestializados pelos maus tratos.” Apontou seqüelas causadas por bichos de pé, pela anchistomíase, ou mal de Chagas. As crianças, com ventres crescidos, “somnolentas e tristes como velhos chineses desesperançados da vida”. No meio deste “rebanho humano”, se destacariam os “famosos capatazes, modernos e sanhudos feitores, sem alma e sem consciência, brutos até a violência, encarregados de exaurir as forças daquelles escravos até o aniquilamento, para extrahir da matta bruta a preciosa folha que, remetida aos moinhos de Buenos Aires, se transforma em ouro”. A sonolência e a tristeza dos chineses deve ser uma expressão do autor relacionada ao debate sobre a formação populacional da nação. No Brasil, havia discursos nos debates sobre imigração referindo-se aos chineses. Estes faziam parte de grupos que deveriam ser evitados. Eles não teriam condições de contribuir para a construção da nacionalidade brasileira. Deveriam, portanto, ser evitados. Era o denominado perigo amarelo.

João Cabanas e Coelho Junior, autores trabalhados em outros textos de nossa autoria, referem-se às estratégias de controle, criação de dependência dos trabalhadores por parte dos administradores das obras. Coelho Junior (COELHO JUNIOR, 1946: 179) percorreu a região em 1919 e diz ter encontrado nas explorações de Allica, “um tal Santa Cruz, paraguaio atrevido e facinoroso, que (...) mantinha a mais aviltante e infame escravatura branca”. Os trabalhadores, em sua maioria paraguaios, seriam contratados em Posadas e Encarnación, de onde partiriam com dívidas por causa de adiantamentos recebidos.

João Cabanas (CABANAS, 1926: 252) caracterizava o trabalhador do erval como verdadeiro escravo, geralmente nascido no Paraguai, de onde é arrebanhado e internado nos ervais dos sertões do Paraná, onde estaria sob o domínio de capatazes. Nos capatazes, observa, concentravam-se poderes de polícia, até o judiciário “e possui dentro do cérebro estúpido, código de castigos que começa no ponta-pé e segue até o fuzilamento, e às vezes a autoridade do brutamontes estende-se também pelos domínios da religião, impondo ao escravo a sua

própria crença". Os "escravos" seriam sempre brasileiros ou paraguaios, mas os capatazes, na sua quase totalidade, seriam argentinos que nutriam contra os mesmos uma manifesta antipatia. Denuncia, ainda, a prática de abusos contra a honra e a intimidade de mulheres e de filhas dos trabalhadores.

Mostra-se, nestas fontes, um domínio de capatazes e administradores sobre trabalhadores dependentes e indefesos. A exploração se daria em precárias condições de trabalho e de vida. Aponta-se para subjetivas sugestões e necessidades de mudanças. É interessante observar que o explorador é o argentino e os explorados são os brasileiros e os paraguaios. É mais pertinente caracterizar a ameaça argentina do que a paraguaia para os perigos da fronteira. As pretensões paraguaias no que concerne à expansão territorial sobre as terras brasileiras estavam mais resolvidas após a Guerra do Paraguai do que as ameaças argentinas, afloradas com a conquista e anexação de Misiones e com a Questão de Palmas e vistas como mais complicadas em função das potencialidades da economia portenha. A atual Província de Misiones, situada entre o território paraguaio e brasileiro (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) era de domínio paraguaio antes da guerra da Tríplice Aliança. Na época a que essas descrições se referem, Misiones eram um Território Nacional da Argentina. Tornou-se província argentina nos anos de 1950. Tornou-se província argentina nos anos de 1950 (Ver ABINZANO, 2004:2-5). O oeste do Paraná e o oeste de Santa Catarina foram transformados no Território Federal do Iguazu na década de 1940 (LOPES, 2006). Portanto, um Território Federal do Brasil. Esta lógica territorial compunha a matriz descritiva dos autores sobre os trabalhadores das obras.

No relato de Cabanas, vislumbra-se uma construção textual que aponta para a intenção de mostrar que, em meio a um regime de dominação brutal, também, ocorriam revoltas, que Allica e Santa Cruz tiveram que resolver. Foi mencionado anteriormente que Allica esteve no Alto Piqueri para abafar uma revolta. Ainda mais, tendo oportunidade de se livrarem dos opressores, "os pobres coitados" o fizeram, aderindo aos revoltosos com a maior boa vontade. A causa tenentista ecoava positivamente nos sertões.

Alertou para escritos que não abordariam estes aspectos do cotidiano da região e que se fixariam em relatar um quase

paraíso. As misérias residiriam nos ranchos ladeados por trilhos espalhados pela mata, semelhantes aos caminhos dos “bugres”. O viajante seria conduzido em cômodo automóvel, sendo recebido com banquetes e bailes por empreendedores e por sub-administradores. *“O nosso homem litterato ou jornalista, chega ao termo da viagem e hospeda-se na casa do administrador geral ou na do proprietário dos heruaes, ahi um palacete moderno acolhe em seu seio tudo quanto existe de luxo e conforto...”*. Nestas ocasiões, nos banquetes e bailes, as presenças de damas e turistas da aristocracia argentina distrairiam os viajantes, com músicas de orquestras, tangos, *“trechos de óperas ou, a estourar de riso, a letra pornográfica de uma canção popular executada em bata-clan portenho.”* Neste ambiente, teriam sido escritos livros que teriam ressaltado belezas, esquecendo-se os autores de muito do que teriam visto nas viagens e da ausência de moeda brasileira. *“Não fora o automóvel, os banquetes, os bailes, e o Alto-falante, conspirando contra o escriptor; este teria sentido quão longe estava do Brasil, embora viajando em terreno brasileiro.”* Em outra parte do livro, Cabanas, relatando comemorações do quinze de novembro, data da proclamação da República do Brasil, com bandas e canto do Hino Nacional, refere-se aos *“voluntários paraguaios, assim chamados porque somente falavam o Guarany e o castelhana, mas eram nascidos em terras brasileiras”*. (CABANAS, 1926: 252)

As selvas estariam recortadas por trilhos semelhantes aos caminhos dos “bugres”, por onde se espalhavam os ranchos miseráveis. Nas sedes das fazendas, havia conforto e diversões usufruídos pelos empreendedores e os mais próximos a eles, além de viajantes literatos. Estes podiam viver momentos de descontração em ambientes de luxo e de cultura alienígena, sem perceberem de que estariam longe do Brasil. O Brasil era longe daqui. Havia nascidos no Brasil que falavam as línguas guarani e castelhana, mas mostravam-se solícitos a receberem e adotarem símbolos da nacionalidade brasileira. Estar no Brasil implicava em escutar, sobretudo, o português. Falar o português. A obra de Cabanas traz os mais adequados elementos para a construção do discurso tenentista com relação à desnacionalização das fronteiras. As autoridades da república brasileira teriam que ser depositas para proteger o Brasil. Esses discursos dos sertões, das fronteiras eram construídos para recheiar imaginários que propunham nacionalizar. A gênese na-

cionalista repercutia nas fronteiras e, ao mesmo tempo, nos espaços civilizados.

Cabanas (CABANAS, 1926: 246-148) informa que depôs o despótico Santa Cruz. Uma das conseqüências desta atitude teria movido 287 homens e 113 mulheres, sabendo do ocorrido, a se apresentarem, pedindo que ficassem agregados à Coluna e sob o seu comando. Envolveu estes reforços em emboscadas, combates contra os inimigos e em serviços auxiliares. Teve a seu dispor, também, material e elementos de transporte, além das necessidades. Pôde, assim, mandar ao Estado Maior duzentos burros, trinta carroças e arreiaamentos. Mandou construir ranchos para alojamento de mulheres e crianças, ordenando que fossem respeitadas pelos soldados. *“O serviço de abastecimento era feito com a maior regularidade, sendo entregue a cada família uma vaca leiteira. Os recursos para manter o acampamento provinham do gado que apprehendi e das grandes roças de milho e mandioca existentes...”* Os revolucionários são apresentados enquanto provedores de necessidades da população local. Esta população era composta pela absoluta maioria de homens (287 homens e 113 mulheres). Havia, também, mulheres e crianças. As ordens eram de que houvesse respeito pelas mulheres e pelas crianças por parte dos revolucionários. O registro em livro de tais ordens permite ao leitor e ao pesquisador admitir a possibilidade de que podem ter ocorrido abusos com mulheres e crianças. Tropas compostas de homens marchando pelos sertões acamparem junto a trabalhadores homens, trabalhadoras mulheres e trabalhadores infantis em condições como descritas acima era um ambiente em que a “civilidade” e a “moralidade” poderiam ser relaxadas. Se abusos houvesse, melhor não registrá-los. Descrevê-los para quê?!

Outro aspecto a ser lembrado é que os trabalhadores desta obra dominada pelos revoltosos se constituíram em reforço importante e qualificado para o movimento. O saber fazer dos habitantes dos sertões foi aproveitado para participarem de emboscadas e de tarefas que exigiam o domínio e conhecimentos sobre localidades. Estas habilidades proporcionaram vantagens para as tropas descritas aqui, agora reforçadas, e para outras. Os *“andrajosos e miseráveis”* supriam deficiências. Eram úteis.

Os revoltosos encontraram tecidos e roupas confecio-

nadas em um esconderijo, comprovando, segundo o tenente, contrabando da Argentina, facilitado pela ausência de fiscalização adequada nos postos de controle da República.

Em matéria de contrabando, verifiquei por aqueles dados tanta coisa gordá e interessante, que, publicá-la iria perturbar a tranqüilidade de muita gente. E para que denunciar actos e costumes sobre uma matéria tão desconhecida de negociantes e de empregados de fazenda, que allí vão de vez em quando?...

Quasi que em toda a zona servida pelas repartições fiscaes e arrecadoras das margens do Paraná, de S. José e S. João, para baixo, bebe-se da cachaça á *champagne*, fuma-se desde o quebra queixo e espanta mosquitos passando pelo cigarro de luxo, até o puro e aromático charuto de Havana. Comem-se as mais finas conservas; usam-se chapéus e calçados de toda classe; tudo comprado em estabelecimentos situados dentro do território, mas que não levam estampilha de consumo. O único distinctivo que apresentam é o escudo da Republica Argentina. (CABANAS, 1926:248)

Diz que obteve farto material para escrever um livro sobre contrabando, a partir de depoimentos e documentos que apreendeu o que, certamente, traria reações de envolvidos com a fiscalização e controle de fronteiras. Dá indícios de envolvimento de autoridades e pessoas “importantes” em atos de desmandos. Aliás, um dos aspectos quase permanente da história desta região, registrado em escritos e outros documentos é o contrabando.⁶ Ao que consta, na medida em que as legislações proibiam práticas comerciais e de transporte de produtos nestas fronteiras, há registros constantes de transgressões aduaneiras, envolvendo autoridades e povoadores da região. As fronteiras vividas diferiam das fronteiras registradas em legislações, acordos e delimitações formais. Os contrabandos são factíveis se houver pessoas que os façam. Contrabandar, também, é trabalhar. No passado e no presente.

Cabanas (CABANAS, 1926: 248 -249) faz questão de testemunhar a existência de população avultada e de atividades de tal monta que as autoridades nem suspeitam. Nas rondozas, havia espias inimigas, o que exigia a busca de informações e o controle da área. “Um dia dois officiaes: o capitão

⁶ Moacir Flores mostra que processos judiciais do Arquivo municipal de São Paulo de 1616 e 1621 dão conta de atividades de contrabando em Vila Rica Del Spicto Sancto. (Ver FLORES,

Bispo [...] e o tenente Gastão Maire [...] indo, com uma companhia e carroças suficientes, a Campo Mourão, arrebataram ao inimigo a grande quantidade de milho, arroz, feijão, carne secca e assucar depositados em ranchos situados a uns 500 metros das trincheiras da cavalaria do capitão Mello". Voltaram com carregamento de gêneros alimentícios e trinta e oito bois de corte, o que serviria para abastecimento. Vislumbro que o sucesso desta empreitada se deveu, em parte, às carroças e aos trabalhadores dos sertões.

As precárias condições de vida aparecem em contraste com a vida de exploradores estrangeiros. Os responsáveis por esta situação desumana seriam aqueles que tiravam as riquezas da nação brasileira em benefício da Argentina. Na fronteira, os conflitos, além da visão de luta de classes, teriam a ver com a ganância de capitalistas estrangeiros. A exploração capitalista é denunciada. Mas ela é rechaçada e condenada com maior veemência quando os capitalistas são estrangeiros e, principalmente, argentinos. Os trabalhadores não apresentariam requisitos necessários para defenderem os interesses nacionais e construiriam a brasilidade.

Estratégias e controles

Cabe indagar como os trabalhadores lidavam com esta situação e como os empreendedores agiam para manterem e aprofundarem as estruturas de exploração.

Pela ótica de diversos autores e pelos conteúdos de vários textos, a situação dos *mensus* era mostrada como *"bastante precária, desde as condições de moradia e alimentação até os maus tratos"* por eles sofridos. Eles mostrariam, também, que normalmente os *obrageros* possuíam capatazes que ficavam responsáveis pelo bom andamento das *obrages*. Esses não poupavam maus tratos para fazerem-se obedecidos. Os tipos de serviço, em vastas áreas, exigiam esforços redobrados dos trabalhadores. Os capatazes deveriam agir de forma severa para dificultar desvios de conduta. Há registros sobre mortes de peões em serviço. *"Nas matas corria-se o risco de ser atacado por algum animal ou até mesmo por insetos que, pela ausência de remédios eficientes levavam o mensu à morte."* Outras situações de perigo rondavam os dias de trabalho, como os riscos com o transporte das toras de madeira pelas correntezas do rio

Paraná, podendo haver afogamentos, sem que isso levasse os *obrageros* a adotarem maiores cuidados com a segurança dos *mensus*. (NOWOTNY, 2000:35)

Nesta situação, cabe atentar para registros a respeito das formas de reação dos trabalhadores. No caso da obra de Allica, percebe-se, nas páginas anteriores, que conflitos, resistências e reações havia. Vera Lúcia Nowotny (NOWOTNY, 2000: 35) menciona que, para Colodel, haveria possibilidades de os trabalhadores se rebelarem contra a exploração. Isso preocuparia os *obrageros*, ou os manteria, costumeiramente, armados. *“Os peões poderiam não suportar mais as condições precárias a que estavam submetidos. Assim, os frequentes maus tratos e assassinatos de trabalhadores serviam para intimidar qualquer reação dos mesmos.”* Como os *mensus* dificilmente conseguiriam saldar suas dívidas nos armazéns, tendo, assim, restrições para deixarem as *obrages*, sobrava a alternativa de tentarem fugas. No entanto, Wachowicz, observara que as empresas possuíam mecanismos de controle severo e estruturas para dificultar, ao máximo, tais saídas. Eram usados, se necessário, pequenos botes e até grandes vapores para controle e fiscalização. Assim, as fugas tornar-se-iam muito complicadas, levando em consideração a existência do rio Paraná e a ocupação e o controle dos *obrageiros* de vastas extensões de mata, com todos os perigos que esta ofereceria aos fugitivos. As condições de locomoção eram precárias com estradas quase inexistentes. Picadas feitas para as *obrages* eram feitas em meio à vegetação que teimava em suprimi-las. Serviam para o transporte da erva-mate e da madeira exploradas. *“Assim, os textos concluem que se tornava, quase impossível, a fuga de um mensu, fato que o obrigava a permanecer na obra por tempo indeterminado.”* Por outro lado, em outros contextos e enfoques, algumas narrativas mostram que os habitantes estavam acostumados às andanças pelas matas e eles dominavam o ambiente, o que os instrumentalizava a terem espaços de manobra diante dos exploradores. Portanto, estamos diante de um jogo a ser jogado. Ou seja, tanto os empreendedores como os trabalhadores tinham condições de lidarem, mais ou menos, em função de seus interesses, considerando possibilidades de serem remunerados em troca de trabalhos a serem realizados e de estabelecerem limites de exploração.

Para Eliane Schons (SCHONS, 2007:79), Allica era

considerado um dos empreendedores mais impiedoso com seus peões. Seu capataz era responsável por disciplinar os *mensus*. Era muito violento com eles, pois eram vistos como possíveis rebeldes contra o tratamento a que eram submetidos. Os *mensus* que conseguiam fugir nunca mais voltavam.

De acordo com Colodel (COLODEL, 1988:79), Allica tinha, no auge do seu empreendimento, cerca de dois mil *mensus* trabalhando em sua *obrage*. Seriam os trabalhadores espalhados pela mata abatendo mate e madeira. Eles viveriam em ranchos, tipo choças, cobertas de esteiras feitas de folhas de taquara, de maneira precária, com deficiência de alimentação e habitação. Eliane Schons (SCHONS, 2007) informa que o transporte de mate e madeira de Allica era feito dos seus postos ou ranchos até os portos através de carroças. A área de atuação de Allica abrangia territórios que atualmente pertencem aos municípios de Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Cascavel, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Goio-Erê e Alto Piquiri. Segundo Eliane Schons, essa foi a *“trajetória do temível obragero chamado Allica, que construiu um império na região oeste do Paraná, explorando as riquezas naturais, sem interesse de povoar ou colonizar, apenas aumentar seus lucros”*. Estamos afastados no tempo. São as primeiras décadas do século XX diante do segundo decênio do terceiro milênio. Os empreendedores foram caracterizados por observadores de época, de um século passado. É o *“temível obragero”* Allica dominando um império. Parece que vivia em palácio no Porto Artaza. Outros, também, viviam confortavelmente. Viviam, usufruíam, festavam. Lendo relatos, os ouvidos e os olhos imaginam músicas, danças, cantos. Certamente, músicas ao vivo. Não existiam os aparelhos sonoros dos nossos tempos. Eu vejo estes empreendedores e administradores, também, como trabalhadores. Embora os textos não os caracterizem em situações de trabalho, imagino-os trabalhando. Claro, em condições diversas das da massa trabalhadora, dos peões, dos mensus. Trabalhadores privilegiados em sua época. Para imaginá-los trabalhadores, relativizo a categoria trabalhador(es), conceituada tradicionalmente de forma mais restrita por parte significativa de trabalhos acadêmicos. Concordo com esta tradição. No entanto, permito-me ampliar o alcance do termo para este momento.

Outra questão tratada por Vera Lúcia Nowotny (NOWOTNY, 2000: 36) eram as rebeliões. Este assunto estaria

presente nas obras estudadas. A prevenção e o controle dessas rebeliões constituir-se-iam em preocupação dos *obrageros*. Para tal, seria contratado um elemento denominado de *sereno*, que estaria preparado para “plantar” desavenças entre os trabalhadores. O *sereno* procuraria estar no acampamento da *obrage* conversando, principalmente com as mulheres, quando os homens estavam trabalhando. Assim, ele teria condições de estar informado sobre intrigas, disputas entre os trabalhadores, “até mesmo dos desentendimentos passionais, para assim interferir, criando inimizades entre os trabalhadores”. Ainda, segundo a autora, Wachowicz e Colodel teriam percebido que os peões, submetidos a todo tipo de violência, estavam abandonados à própria sorte. Mesmo em caso de mortes, não havia qualquer órgão de defesa que se preocupasse com os mesmos. “As autoridades policiais presentes na região, em consequência da instalação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, não estavam dispostas a ajudar esses trabalhadores”. Estas autoridades estariam mais a favor dos *obrageros* do que dos *mensus*. A Colônia estaria quase “isolada do restante do Brasil, assim os *obrageros*, em muitos casos, foram o apoio encontrado por esses brasileiros isolados”. Exemplos apontados pelos autores referem-se a construções de estradas, picadas e portos pelos *obrageros*, que acabaram sendo úteis aos moradores brasileiros da região.

Para Vera Lúcia Nowotny (NOWOTNY, 2000: 37-39), boa parte do que os autores mostraram a respeito das *obrages* resultou de fontes orais. Desta forma, poder-se-ia perceber o que das *obrages* mais teria marcado as lembranças de pessoas entrevistadas. O que mais teria sido registrado em entrevistas e textos seria a crueldade empregada nas *obrages*, principalmente, com os trabalhadores. Nos trechos de falas introduzidas em textos notar-se-ia, normalmente, uma postura de condenação do sistema empregado nas *obrages*. Viriam à tona relatos referentes à violência e à exploração realizada pelos *obrageros*. A autora cita passagem de Colodel: “mandavam recolher o gado à distância e depois era acertado [o peão] que nem tiro ao alvo com a carabina e depois deixavam ele lá e de noite mandavam empurrar lá para a barranca do rio [Paraná] prá baixo”. Essa violência seria corriqueira dentro de diversas *obrages* e seria o mais lembrado por pessoas que teriam convivido com essa realidade. Certas figuras teriam adquirido fama pelo seu requinte de crueldade. Um dos mais mencionados seria o caso de Santa

Cruz, cunhado do *obragero* Julio Tomas Allica. Seria capataz na *obrage* de Allica e responsável pelo bom andamento da mesma, principalmente pela disciplina dos peões. Os seus mensus teriam passado, rotineiramente, por chicoteadas e espancamentos. As esposas dos trabalhadores costumariam ser violentadas e adolescentes e meninas estupradas. Santa Cruz seria o autor de inúmeros assassinatos, chegando a ter nos domínios da obrage um cemitério particular. Fontes orais dos autores apontariam que Santa Cruz possuía um porão no local onde ocorriam os pagamentos dos salários, tendo uma alavanca, que, se fosse acionada, poderia fazer o peão despencar para o porão, onde morreria. Santa Cruz não teria tido um bom fim, porque os trabalhadores teriam se organizado e matado o capataz em Quatro Pontes.

Parte da historiografia (NOWOTNY, 2000: 39) apontaria para atitudes de resistência dos trabalhadores das *obrages*. Haveria formas de resistência e contestação frente à exploração sofrida. *“Quando tinham chance, procuravam organizar-se indo contra as atitudes de seus patrões. Tanto é que, os próprios obrageros temiam qualquer revolta por parte dos seus mensus, procurando sempre ter uma arma em mãos, mesmo estando em casa.”* Na memória de moradores do oeste paranaense, o medo desses capatazes teria permanecido após a morte de Santa Cruz e a retirada dos *obrageros*, que continuavam a assustar os moradores. *“Acreditavam que suas casas haviam se tornado mal assombradas e que, mesmo já estando mortos, continuavam a aparecer no local.”* Teriam sido criados mitos, levados a sério por pessoas da região.

Considerações finais

Os dados, as percepções e as reflexões das páginas anteriores possibilitam algumas considerações finais para este texto. Outras abordagens e conclusões poderão advir de uma continuidade das análises e de outros investigadores com seus olhares e visões sobre estas e outras fontes.

Considero pertinente apontar para um sistema com sua lógica interna e sua inserção na dinâmica do imperialismo do início do século XX. O mercado regional e internacional de matérias-primas e a acumulação de capital em áreas da periferia do sistema global fundamentam ideologias e atividades eco-

nômicas levantadas neste trabalho.

Mostrou-se que havia domínio, exploração e vivências próprias de espaços denominados de sertões do Paraná. O domínio era exercido, localmente, pelos empreendedores que vislumbravam na exploração de riquezas naturais oportunidades de mercado e de usufruto de lucros. De um lado, a erva-mate e a madeira existiam em abundância. De outro lado, havia uma demanda crescente no mercado platino e no mercado ocidental. Assim, as obrages constituíram-se em estruturas de organização de exploração, beneficiamento e comércio de matérias-primas. Desta forma, eram propriedades e/ou posses de terras com instalações, vias e meios de transporte, tendo a seu dispor homens e mulheres para exercerem as atividades determinadas pelo sistema de exploração.

Nesta situação, viviam tais homens e mulheres. Também crianças. As fontes trabalhadas contêm registros desta realidade. As narrativas analisadas são representações sobre essas vivências sob as óticas dos autores. Foi possível mostrar, neste texto, representações sobre exploradores (trabalhos de exploração) e sobre trabalhadores (trabalho explorado). Todos usavam de estratégias para lidarem com diversas situações no exercício dos seus trabalhos. Eram trabalhos diversos. Os empreendedores e seus prepostos tinham estratégias de coerção diretas e mecanismos de controle diluídos no cotidiano, que iam desde pagamentos antecipados, endividamentos em função da venda de produtos de subsistência no armazém das empresas a prazo e ações das mais diversas sobre indivíduos, famílias e coletividades. Os *mensus*, que eram os trabalhadores das obrages, foram adotando suas estratégias de reação a tais situações. Estes tinham domínio sobre o relevo, sobre a vegetação. Conheciam as paisagens a partir do convívio com a natureza. Usavam destas “habilitações” para negociarem algumas flexibilidades.

As narrativas analisadas, normalmente, pintavam as ações dos obrageros e seus administradores e controladores com tintas de reprovação. Reivindicavam melhorias e tratamentos mais dignos aos trabalhadores explorados. Principalmente as fontes produzidas no âmbito do movimento tenentista. Percebeu-se um fundo de modernidade a pautar as observações. Esta modernidade deveria proporcionar o abrasileiramento dos sertões. Deveria haver a substituição dos exploradores estrangei-

ros por empreendimentos nacionais. Os trabalhadores deveriam ter contato com costumes brasileiros, com a língua portuguesa. Nacionalizar era preciso.

Eram, pois, representações sobre a falta de nacionalidade nos sertões paranaenses da primeira metade do século XX.

BIBLIOGRAFIA

ABINZANO, Roberto Carlos. **El frente extractivista: uma formación socioeconómica e espacial transfronteiriça (Argentina, Brasil y Paraguay 1865-1930)**. Posadas, UNAM, 2004.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru, EDUSC, 2000.

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da Terra: os trabalhadores da Mate Larangeira**. Londrina, Ed. Da UEL, 1997.

CABANAS, João. **A columna da morte**. Rio de Janeiro, Livraria Editora Almeida&Torres, 1926.

COLODEL, Jose Augusto. **Obrages & Companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960**. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

DOMINGOS NASCIMENTO. **Pela fronteira**. 1903.

COELHO JUNIOR. **Pelas selvas e rios do Paraná**. Curitiba/SP/RJ, Editora Guaíra Limitada, 1940.

FLORES, Moacyr. **Guairá: rotas de contrabando entre SP e Assunção**. In: GREGORY, Valdir; RIBEIRO, Sarah I. G. Tibes; SCOPEL, João Luis (orgs.). **ANAIS - Jornadas Internacionais sobre as missões Jesuíticas**. Cascavel: EDUNIOESTE, 1998.

FRANCO, Artur Martins. **Relatos de viagem**. Curitiba, 1973.

LOPES, Sérgio. **O território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel, EDUNIOESTE, 2006.

MYSKIW, A. M. **A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)**. 1. ed. Guarapuava/PR; Niterói/RJ: Editora da Unicentro; Editora da UFF, 2011.

NOWOTNY, Vera Lúcia. **Obrages na história do oeste do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 2000. (Monografia de conclusão de curso de graduação em História da Unioeste, orientada por Valdir Gregory).

SCHONS, Eliane. **História e memória: cotidiano de um porto.** Marechal Cândido Rondon, 2007. (Monografia de conclusão de curso de graduação em História da Unioeste, orientada por Valdir Gregory)

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros mensus e colonos: história do oeste paranaense.** Curitiba, Vicentina, 1987.

Enviado em: 25/03/2012 - Aceito em: 20/04/2012